

Contas externas protegem Brasil de incertezas domésticas e internacionais

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

A solidez das contas externas brasileiras tem sido um trunfo importante para evitar uma pressão ainda maior sobre o câmbio, num momento marcado pela incerteza no quadro eleitoral e de piora no cenário internacional para países emergentes. O déficit em conta corrente segue abaixo de 1% do PIB, um resultado bastante tranquilo, financiado com folga pelo investimento direto no país (IDP) e muito inferior ao rombo registrado por países como Argentina e Turquia, superior a 5% do PIB.

Para completar, o volume de reservas internacionais, acima de US\$ 381 bilhões, é muito elevado. Supera a dívida externa total do país e equivale a mais de 400% os débitos externos que vencem em menos de um ano.

"Os indicadores de endividamento externo mostram uma situação bastante confortável", resume a economista-chefe da Rosenberg Associados, Thais Marzola Zara. "Esse é um importante colchão de segurança para o Brasil", diz ela, destacando que se trata de uma situação bem diferente da de crises anteriores, que eram acompanhadas ou causadas por problemas no balanço de pagamentos.

Os números do Banco Central evidenciam a força das contas externas do Brasil, muito diferente do que se passa com a situação fiscal, essa sim a grande fragilidade do país. Nos 12 meses até agosto, o déficit em conta corrente ficou em US\$ 15,5 bilhões, o que corresponde a 0,8% do PIB. É mais que o 0,44% do PIB nos 12 meses até janeiro, mas está longe de ser um número alarmante. Com a recuperação da economia, ainda que lenta, era esperada a piora do resultado nas transações de bens, serviços e rendas do país com o exterior.

O ajuste nas contas externas ocorreu principalmente por causa da grave recessão que durou do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016. O déficit em conta corrente levou tempo para encolher. Alcançou o máximo de 4,4% do PIB em março e abril de 2015, passando então a recuar com força, com queda expressiva das importações. O câmbio mais desvalorizado também contribuiu para o movimento, ao encarecer as compras externas e tornar mais competitivas as vendas de produtos brasileiros no exterior.

Essa combinação levou o buraco na conta corrente a diminuir para níveis inferiores a 0,5% do PIB no fim de 2017 e começo de 2018, até começar a subir a partir de fevereiro deste ano no acumulado em 12 meses. O aumento, contudo, não preocupa, ainda mais porque o saldo

entre entradas e saídas de investimento estrangeiro direto no país segue bastante alto. Nos 12 meses até agosto, ficou em quase US\$ 70 bilhões, ou 3,61% do PIB, o equivalente a quatro vezes e meia o buraco em conta corrente de 0,8% do PIB observado no período.

Esse déficit é pequeno na comparação com o resultado de outros países emergentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, estima que o rombo nas transações com o exterior da Argentina ficará em 5,1% do PIB em 2018, enquanto o da Turquia deve alcançar 5,4% do PIB. Esses dois são os emergentes mais encrocados, apresentando rombos externos enormes num momento em que os juros americanos estão em alta, o que atrai capitais para os EUA. O buraco brasileiro também é menor que o de países como África do Sul (-2,9% do PIB), Índia (-2,3% do PIB) e México (-1,9% do PIB). Já China e Rússia terão superávit neste ano, de 1,2% do PIB e 4,5% do PIB, nas projeções do FMI.

A situação das contas externas protege o Brasil de pressões ainda mais intensas sobre o câmbio. As incertezas em relação às eleições e a piora do quadro externo, com elevação dos juros americanos e crise na Argentina e na Turquia, poderiam se traduzir numa desvalorização ainda mais forte do real, mas a solidez externa atenua os





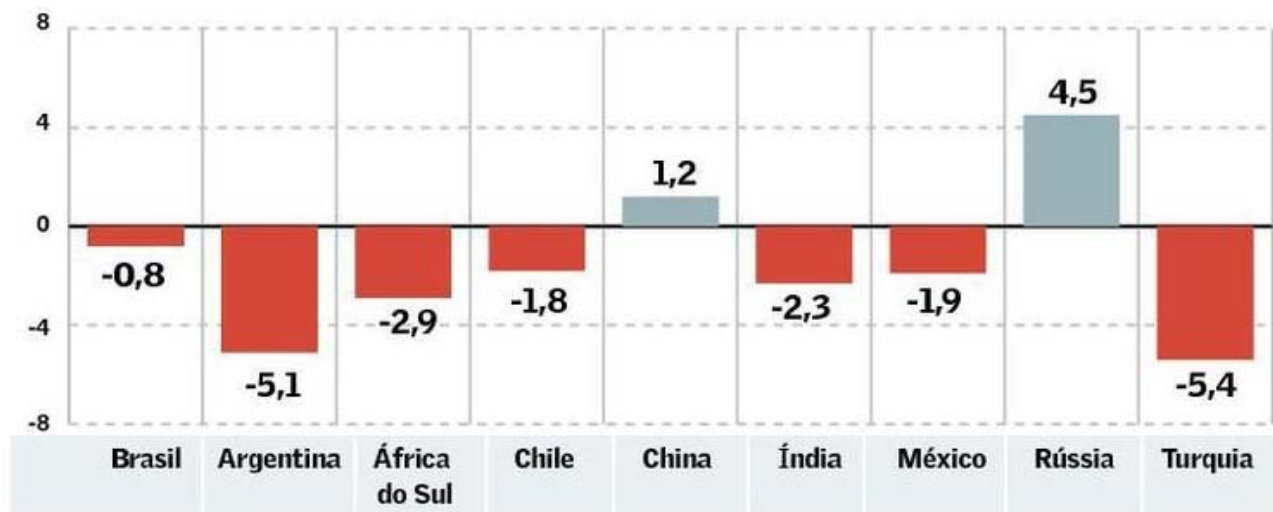
movimentos. É uma situação diferente da registrada em 2002, quando as incertezas eleitorais levaram o dólar a bater em R\$ 4, o que equivaleria hoje a algo próximo de R\$ 7 em valores corrigidos.

Números da agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) dão outra medida do bom momento das contas externas do país. As reservas brasileiras que

podem ser utilizadas cobrem o equivalente a mais de 15 meses dos pagamentos em conta corrente, que incluem gastos com importações de bens e serviços, por exemplo, segundo estimativas da S&P para 2018. Na Argentina, o número não chega a 6 meses e, na Turquia, é de apenas 1,4. O indicador brasileiro é superior até mesmo ao da China, correspondente a 14 meses.

Baixa vulnerabilidade

A comparação do resultado em conta corrente - em % do PIB*



Fonte: Banco Central e FMI. * Estimativas do FMI para 2018, com exceção do Brasil. O número do Brasil mostra o resultado acumulado em 12 meses até agosto.

IPCA volta a subir nas projeções do Focus

Por Felipe Frisch | De São Paulo

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação em 2018 subiu de 4,09% para 4,28%, segundo a pesquisa semanal Focus, do Banco Central.

Para 2019, o ponto-médio das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também subiu, de 4,11% para 4,18%. Para os próximos 12 meses, a estimativa registrou alta de 3,90% para 4,04%.

Entre os economistas que mais acertam as previsões, os chamados Top 5, de médio prazo, a mediana para a inflação de 2018 também subiu, de 4,17% para 4,38%, e manteve-se em 4,10% para 2019.

A mediana das projeções do mercado para o crescimento da

economia em 2018 voltou a mostrar recuo, o quinto consecutivo, agora de 1,36% para 1,35%.

Para 2019, o ponto-médio das estimativas para a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) manteve-se em 2,50%, percentual em que está há 13 pesquisas.

As estimativas para a economia brasileira neste ano estão em trajetória quase ininterrupta de queda desde o fim de fevereiro, quando a mediana do mercado atingiu um auge de 2,92%.

As medianas das estimativas para a taxa básica de juros não sofreram alterações: ficaram em 6,50% no fim deste ano.

Para o encerramento de 2019, o ponto-médio do mercado segue apontando para uma Selic a 8,00% pela 37ª semana seguida.

Sem parte financeira, rombo da regra de ouro cairia 63%

Por Edna Simão e Fabio Graner
| De Brasília



Ribeiro: ao tirar o financeiro da conta, necessidade de ajuste fica mais clara.

Se os cálculos para a regra de ouro das contas públicas desconsiderassem despesas financeiras, o rombo calculado para o ano que vem no Orçamento cairia de R\$ 258,1 bilhões para R\$ 95,2 bilhões, uma queda de 63%, segundo cálculos do especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, feitos para o Valor.

O número menor, contudo, não significa que o governo teria a vida facilitada. Ao contrário, ficaria mais difícil cumprir o dispositivo constitucional porque também não permitiria o uso de receitas financeiras, como o lucro do Banco Central (BC), que na visão de Ribeiro distorcem a regra de ouro. Ele trabalha com o senador José Serra (PSDB-SP), que tem projeto que visa simplificar a regra de ouro, excluindo as operações financeiras da conta.

Ribeiro explica que, ao tirar o lado financeiro da conta, mantendo só o primário, a necessidade de ajuste fica mais clara para a sociedade devido à dificuldade para o uso de operações controversas para fechar a conta, com a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou o lucro do BC.

Além disso, o objetivo da regra de ouro, que é ser um ajuste fiscal que não destrua o espaço para os investimentos, torna-se mais viável de ser alcançado. "A regra de ouro tem que focar no investimento, como é em todo o mundo", disse Ribeiro.

Ele considera que é preciso uma grande reformulação nas regras fiscais, mas defende que isso seja feito em nível infraconstitucional, como já ocorre com dispositivos como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é por legislação complementar.

Na proposta de Serra, a ideia é fazer por lei complementar uma regulamentação da regra de ouro, excluindo a parte financeira e estabelecendo sanções semelhantes às definidas no teto de gastos em caso de descumprimento da regra. "É importante que haja transparência para se saber qual o tamanho do problema e o Congresso Nacional terá que participar da solução", disse Ribeiro. Para controlar o crescimento do endividamento, o economista

defendeu ainda a aprovação de resolução do Senado para estabelecer um limite para a dívida pública federal.

O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) chegou a apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) que obriga os governos federal e estaduais a adotarem duras medidas para o cumprimento da "regra de ouro". A iniciativa tinha apoio da equipe econômica. A PEC exige, por exemplo, que seja aprovada lei disciplinando o auxílio-moradia, concedido aos juízes, suspende o pagamento do abono salarial e o repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao BNDES, se a "regra de ouro" não estiver sendo cumprida.

Além disso, a proposta de emenda constitucional prevê a adoção de uma série de medidas por estágios. Em um primeiro estágio, se apurado que no exercício anterior as operações de créditos ultrapassaram 95% do montante das despesas de capital, o chefe do Executivo apresentará planos de revisão das despesas, explicitando medidas para sua racionalização, e de melhoria da arrecadação.

Para Ribeiro, o melhor é fazer as mudanças por projeto de lei porque a equipe do próximo presidente terá mais controle sobre o que for aprovado. No caso da PEC, o futuro presidente terá que sancionar





o que foi aprovado pelo Congresso, mesmo que não concorde. "A próxima equipe [do presidente eleito] tem de ver o que precisa ser feito. Por medida infraconstitucional é mais fácil de o governo ter controle do que será aprovado", disse Ribeiro.

A economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) e especialista em contas públicas Vilma Pinto aponta que já é um fato que a atual configuração da regra de ouro não funciona. "Se considerássemos medidas alternativas à regra atual, já estaríamos descumprindo a regra de ouro desde 2014", disse, citando estudo especial da Instituição Fiscal Independente (IFI) de abril deste ano.

Para ela, uma mudança é importante, "mas melhor é que seja modificada para que se adapte ao que é praticado em outros países", como o Reino Unido, que exclui da conta as amortizações de dívida. Ela não tem posição formada sobre se seria melhor que as regras novas fossem por lei ou pela Constituição. Os dois modelos aparecem no mundo.

Recentemente, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de Orçamento para 2019 com um déficit para cumprimento da regra de ouro de R\$ 258,1 bilhões. Para assegurar o fechamento das contas, condicionou o pagamento de algumas despesas a aprovação de um crédito que precisa ser aprovado no primeiro semestre do próximo ano.

Destruar a infraestrutura é vital para a retomada

Uma das raras unanimidades a respeito dos problemas da economia brasileira é a necessidade de se investir mais em infraestrutura. Até mesmo em uma campanha eleitoral polarizada como a atual, não há quem discorde desse diagnóstico e de que esse é um caminho eficiente para se estimular o crescimento, ampliar o mercado de trabalho, a renda, a arrecadação e a competitividade da produção nacional. O Brasil, nona maior economia do mundo, está em 73º lugar em infraestrutura, em ranking de 137 países elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Fica atrás de países vizinhos como o Chile, e Uruguai e de alguns de seus principais parceiros comerciais, como a China.

O investimento brasileiro em infraestrutura sempre deixou a desejar e declinou ainda mais nos últimos anos. Nos primeiros 12 anos deste século, a média anual de investimento em infraestrutura ficou em 2,14% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a consultoria Inter.B. Em 2013 e 2014, foi de 2,3% em cada ano; e, em 2015, de 2,1%. Em 2017, ficou em 1,69%; e a previsão para este ano oscila entre manter o ritmo ou recuar ainda mais, para 1,5%, ou pouco mais de R\$ 100 bilhões.

Os valores deveriam ser muito maiores. Calcula-se que seria necessário investir o equivalente a 2,38% do PIB apenas para compensar a depreciação dos ativos e manter a qualidade dos serviços. Já para modernizar a infraestrutura do país, o percentual deveria atingir 4,15% do PIB ao ano, ao longo de duas décadas, estima o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Após esse esforço, o estoque de capital aplicado em infraestrutura no país quase dobraria, de 35,9% para 60,4% do PIB. Outras fontes apontam percentuais ainda maiores, de 5% a 6% do PIB, ou seja, de R\$ 350 bilhões

a R\$ 420 bilhões.

O investimento brasileiro em infraestrutura praticamente estagnou. Um dos principais motivos é a velha dependência das fontes públicas de recursos. O setor público chegou a responder por 55,8% do capital injetado na infraestrutura em 2009 e, recuou, desde então, encolhendo para cerca de um terço. Um pequeno crescimento pode ocorrer neste ano, como sempre acontece em ano de eleição, e em função da exploração de petróleo. Mas nada muda significativamente diante das restrições fiscais e do imobilismo de fim de mandato do presidente Michel Temer, acentuado pela baixa popularidade e acusações de corrupção.

Há alguns poucos serviços que sempre vão depender principalmente do setor público e sua retomada estará condicionada, portanto, à disponibilidade de recursos no Orçamento. Já a participação do setor privado na infraestrutura é resultado não apenas da iniciativa do governo de realizar leilões de privatização, concessões ou convocações para parcerias, mas também pode ser incentivada pela construção de um quadro regulatório que garanta a segurança jurídica e minimize os riscos e a disponibilidade de capital a custos atraentes.

Documento recente da empresa de classificação de riscos Moody's (Valor, 28/8) comenta mudanças legislativas positivas, como a Lei 13.448/2017, que facilita novos leilões de concessões federais eventualmente rescindidas no caso de rodovias, ferrovias e aeroportos. A mesma lei também incentiva o uso de arbitragem para conceder aditivos de reequilíbrio financeiro. Mas muitos aperfeiçoamentos ainda carecem de regulamentação.





Para destravar o setor falta muita coisa. É preciso aperfeiçoar as agências reguladoras para que, com quadros técnicos especializados, garantam confiança e segurança jurídica. Regulações setoriais precisam ser atualizadas para se adaptarem às novas tecnologias. O ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, acredita que os aprimoramentos são importantes também para reduzir a dependência do Tribunal de Contas da União (TCU), "que passou a atuar como único filtro de controle de qualidade de todas as iniciativas". Falhas no marco regulatório do setor de energia, por exemplo, têm incentivado a judicialização, que afasta os investidores privados.

A lista de ajustes necessários para estimular os investimentos em infraestrutura não parece complexa e vale o esforço diante expectativa de retorno. Há o consenso de que o investimento em infraestrutura é uma das alternativas mais eficientes para estimular o crescimento da atividade e ajudar na superação da crise econômica, além de melhorar o bem-estar da população.

União recebe imóveis de INSS e rede ferroviária

Ministério do Planejamento decide transferir bens de R\$ 7,4 bi que estavam inoperantes para reduzir déficit previdenciário e dar agilidade à administração. Propriedades podem ser vendidas, doadas ou cedidas

MANOEL VENTURA
BRASÍLIA

O governo publicou ontem medida provisória (MP) que transfere para a União R\$ 7,4 bilhões em imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Os imóveis estão inoperantes, segundo o Ministério do Planejamento, e passarão a ser administrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A transferência dos imóveis do INSS, que, até então, eram parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, auxiliará na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do fundo com o Tesouro Nacional. A estimativa é que esses imóveis valham cerca de R\$ 6 bilhões.

A MP também extingue o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal. Esse fundo era

composto por recebíveis dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias e receitas de venda de imóveis. Com a extinção, fica liberado um total de R\$ 1,4 bilhão em imóveis, que poderão ser vendidos, doados ou cedidos pelo governo. O Ministério do Planejamento informou que o objetivo, nesse caso, é dar mais agilidade à administração dos bens, destinando-os a obras de infraestrutura, saúde e educação em municípios e a programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida.

PRAIAS
MUNICIPALIZADAS

A nova medida ainda facilita a transferência da gestão de praias do governo federal para as prefeituras. Atualmente, apenas as praias marítimas e urbanas podem ter sua gestão compartilhada.

A partir de agora, a União está autorizada a transferir aos municípios a gestão das orlas e praias urbanas e rurais, incluindo as áreas de uso comum com exploração econômica, a exemplo de calçadões, praças e parques públicos. Até o momento, 43 municípios já aderiram à gestão de praias, e 35 pedidos estão em análise.

Também será facilitada a regularização da ocupação de áreas da União por entidades desportivas. As entidades com ocupações anteriores a outubro de 1988, quando a Constituição foi promulgada, poderão quitar seus débitos com desconto de 50%. A estimativa é que sejam alcançados pela medida cerca de 385 imóveis em todo o país, cujas dívidas com a União chegam a R\$ 13,7 milhões.

CONTRATAÇÃO
DE GESTORES

O Ministério do Planejamento explicou que a MP ainda autoriza a SPU a contratar instituições financeiras oficiais e empresas privadas para constituir, administrar e gerir um fundo de investimento imobiliário. O objetivo dessa medida é "auxiliar na gestão do patrimônio da União".

Moradores do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, na região metropolitana do Recife, também serão beneficiados. Cerca de 700 famílias que residem no local há mais de 20 anos receberão o título de sua propriedade, desde que não tenham imóvel em Pernambuco.

CONJUNTURA »**INSS paga R\$ 6 bi ao Tesouro com imóveis**

Autarquia vai transferir 3,8 mil propriedades à União para reduzir dívida. Além da utilização em programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, medida provisória prevê que parte seja leiloada ao público

» BRUNO SANTA RITA*
» GABRIEL PONTE*

O governo federal editou, ontem, a Medida Provisória nº 852/2018, que estabelece a transferência de 3,8 mil imóveis não operacionais, pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para a União. A medida tem o objetivo de abater parte da dívida do Fundo de Regime Geral da Previdência com o Tesouro Nacional. De acordo com cálculos feitos em 2016, os imóveis estão avaliados em R\$ 6 bilhões. Parte deles poderá ser leiloada ao público.

A transferência ocorrerá por meio de lotes. No primeiro, estão listados 90 imóveis, dos quais três ficam em Brasília. O Rio de Janeiro é a unidade da Federação com maior número de imóveis a serem transferidos para a União, com 38 unidades. Uma parte das propriedades do INSS está alugada para a União. A partir da transferência, o governo não arcaria mais com o pagamento de aluguel, segundo técnicos do Ministério do Planejamento.

A medida tem como preocupação básica fazer uma “reforma” na legislação patrimonial. Segundo o secretário do patrimônio da União, Sidrack Correia, as leis que regem o assunto no Brasil têm uma série de entraves. “Isso dificultava o trabalho da secretaria. Outros entes federativos eram responsáveis pelos imóveis e não davam conta”, concluiu. De acordo com o secretário, é melhor para o governo que a gestão dos imóveis fique nas mãos da própria Secretaria do Patrimônio da União.

“Eles (INSS) disponibilizaram, em um primeiro momento, 3.800 imóveis que consideraram não operacionais. A secretaria vai recebê-los, identificá-los e avaliá-los para poder reduzir a dívida do Fundo Previdenciário com o Tesouro Nacional”, explicou. O processo deve ajudar a combater o rombo da Previdência e também a reduzir os gastos do governo federal com aluguéis.

Além disso, vários terrenos do INSS ocupam áreas que poderiam ser utilizadas para reduzir o déficit habitacional, “num trabalho conjunto com o programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, ao distribuir alguns imóveis como moradias” disse Correia. “Também existem imóveis que o Estado pode utilizar para outras atribuições que não as atuais.”

O secretário informou que a prioridade é listar os imóveis que atualmente são alugados pelo governo para encerrar esses contratos. “Depois disso, vamos partir para as políticas públicas. O restante vai para doações e leilões”, concluiu. Segundo ele, a destinação dos imóveis ainda está em avaliação.

Em nota, o INSS destacou que o objetivo central da MP é possibilitar a regularização de imóveis atualmente ocupados de forma irregular. Além disso, a medida deve gerar economia para os cofres da autarquia, com a diminuição de custos operacionais de manutenção das propriedades. “São cerca de três mil imóveis que integram o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Esses imóveis poderão ser transferidos para o patrimônio da União, como compensação financeira do fundo junto ao Tesouro Nacional”, informou o INSS, por meio de nota.

Para Eduardo Aroeira, presidente em exercício da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), quando forem colocados à venda, os imóveis devem despertar interesse. “Certamente, atrairão compradores. As notícias são de que existem excelentes terrenos, e isso é matéria-prima favorita para corporações imobiliárias e de locações de imóveis”, previu.





Já na visão de Newton Marques, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), apesar do repasse de imóveis à União, não há receita, neste momento, sendo gerada. “De fato, não houve ingresso efetivo de recursos ainda. Caso o governo passe a leiloar (os imóveis repassados), aí entra recurso para o Tesouro”, explicou. Marques acrescenta que a medida é um sinal de que o déficit fiscal do governo deve diminuir um pouco a longo prazo. “É uma forma que o governo tem de gerar recursos”, analisou.

Rede ferroviária

A MP também prevê a transferência para o governo federal de propriedades do fundo que administra o espólio da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Os imóveis são avaliados em R\$ 1,4 bilhão. Alguns dos bens serão utilizados pelo Minha Casa Minha Vida. Além disso, o governo também deve regularizar outros imóveis ocupados pela população, como o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em Recife, onde vivem milhares de famílias.

Segundo a MP, imóveis da União

cedidos a entidades esportivas, independentemente da modalidade, podem ser objeto de cessão em termos especiais, isentando-as de processos licitatórios. No total, são 385 entidades, que terão 50% de desconto nas dívidas de R\$ 13,7 milhões que têm com órgãos federais.

* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Petrobras anuncia redução na gasolina

A Petrobras anunciou ontem a redução de 0,59% no preço médio do litro da gasolina. Com isso, o combustível passa a valer R\$ 2,2381, hoje, nas refinarias. Desde 14 de setembro, o preço era de R\$ 2,2514, máxima histórica após a estatal ter passado a divulgar o preço médio diariamente. O diesel permanece em R\$ 2,2964. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o litro da gasolina está sendo vendido, em média, a R\$ 4,758 no Distrito Federal. O valor máximo chega a R\$ 5,089, e o mínimo, a R\$ 4,439. No início do mês, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção que permite congelar reajustes por até 15 dias.





Trocando de mãos

Medida provisória transfere 3,8 mil imóveis do INSS para o Tesouro. Maioria dos bens deve ser leiloadada

O que a MP diz

A Medida Provisória nº 852/18 estabelece a transmissão de imóveis pertencentes ao INSS para o governo federal, como forma de quitação de uma parcela da dívida do Fundo de Previdência com o Tesouro Nacional.

Quantos imóveis serão transferidos?

De acordo com o Ministério do Planejamento, 3,8 mil bens, avaliados em R\$ 6 bilhões, serão repassados à União. Do total, uma parcela das propriedades já é alugada pelo governo.

E os demais imóveis?

Os bens não utilizados pelo governo serão vendidos ou permutados, seguindo a política de leiloar propriedades que não têm serventia para a União.

Divulgação de lotes

O **Correio** apurou que, das unidades que serão transferidas, três estão em Brasília:

SIA Trecho 4, lotes 4, lotes 540 e 610	ocupado irregularmente
SAUS Quadra 6, lotes 6-1 e 6-2	ocupado irregularmente
SAI/Trecho Epia Sul	ocupado irregularmente

O Rio de Janeiro é a unidade da Federação que possui o maior de unidades transferidas: 38;

Outras deliberações da MP

- O governo federal também vai transferir para a União imóveis que fazem parte do fundo administrador do espólio da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). No total, as propriedades valem R\$ 1,4 bilhão.

- Poderão ser objeto de cessão, em condições especiais, dispensado o procedimento licitatório, os imóveis da União que estiverem ocupados por entidades desportivas de quaisquer modalidades. Essas cessões estão sujeitas às regras:

i - Exclusivamente para ocupações anteriores a 5 de outubro de 1988; e

ii - pelo prazo máximo de 30 anos, admitidas prorrogações por iguais períodos.

Fontes: Medida Provisória nº 852/2018, Ministério do Planejamento e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

